

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Desigualdades em pensamentos igualitários: os intelectuais Esteban Echeverría e Pedro de Angelis e suas propostas de construção das nações no Rio da Prata

Eduardo Scheidt*

Resumo: Esteban Echeverría e Pedro de Angelis, destacados intelectuais de meados do século XIX, protagonizaram uma acirrada polêmica, em meio a qual houve um confronto entre contrapostas concepções de nação e projetos para o país. Embora imbuídos de idéias igualitárias, ambos os intelectuais propuseram desiguais condições de cidadania em meio ao confronto de propostas rivais. O presente estudo analisa as concepções de nação de Echeverría e De Angelis, tomando como fonte seus livros e artigos publicados durante o governo de Juan Manuel de Rosas.

Abstract: Esteban Echeverría and Pedro de Angelis, important intellectuals of the nineteen century, have promoted an intense controversy, in witch there was a fight between contrary nation's conceptions and projects for the country. Although they were supporters of equality ideas, both of them have proposed unequal politic participation's rights during the fights between contrary projects. This work deals with the nation's conceptions of Echeverría and De Angelis, utilizing as source their books and other texts, witch have been published during the Juan Manuel de Rosas' government.

O argentino Esteban Echeverría e o ítalo-argentino Pedro de Angelis, destacados intelectuais de meados do século XIX, protagonizaram uma acirrada polêmica na época do regime político instaurado pelo governador bonaerense Juan Manoel de Rosas. Em meio a essas discussões, houve um confronto entre contrapostas concepções de nação e projetos para o país. A construção dos Estados nacionais na América Latina, especialmente no Rio da Prata, foi um processo lento, conturbado, caracterizado por intermitentes conflitos, não somente armados, mas também ideológicos¹.

* Professor do Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra. Professor da Universidade Gama Filho. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

¹ Processo complexo, conturbado, vivido de diferentes maneiras conforme distintos sujeitos históricos, o surgimento de nações é tema de crescente relevância na historiografia política recente. Embora marcado por inúmeras dificuldades, os estudos sobre a “nação” têm suscitado interesses cada vez maiores entre os pesquisadores. Na Argentina, por exemplo, a questão das origens da nação voltou a ser discutida, a partir das pesquisas renovadoras do historiador José Carlos Chiaramonte (1991), que lançou a tese de que as nacionalidades latino-americanas, ao contrário do que a historiografia costumava afirmar até então, seriam inexistentes na época da independência e primeiras décadas posteriores. Os posicionamentos do autor têm estimulado polêmicas, como o debate com a historiadora Pilar Gonzáles Bernaldo, autora de um artigo (Gonzáles Bernaldo, 1997) no qual discorda do seu colega, argumentando que a questão da nação já teria importante relevância no momento da emancipação, embora com significados bastante distintos dos momentos históricos posteriores.

Durante este processo, todas as primeiras tentativas de unificação territorial a partir de Buenos Aires fracassaram, enquanto as soberanias de algumas das principais cidades da época colonial passaram a abarcar um território mais amplo em torno delas. Com o passar dos anos, assim, as províncias substituíram os *cabildos* como principais comunidades políticas de pertencimento, constituindo-se, na prática, em Estados independentes e soberanos durante toda a primeira metade do século XIX. Durante o regime de Rosas, deu-se continuidade aos conflitos com outras províncias no que tange à unidade nacional. O conturbado processo de construção do Estado entrava em uma nova etapa, na qual os bonaerenses, com Rosas à cabeça, buscaram submeter as demais províncias sem o estabelecimento oficial de um governo nacional ou a elaboração de uma constituição escrita. Neste sentido, enquanto as províncias se mantinham independentes e soberanas em teoria, efetivava-se informalmente, na prática, um Estado nacional que, em comparação com as tentativas anteriores de unificação, teve vida mais longa, correspondendo a todo o período da segunda gestão rosista. No interior deste processo, as lutas desenvolvem-se tanto em terreno militar como no ideológico.

O presente estudo analisa as concepções de nação de Echeverría e De Angelis, tomando como fonte seus livros e artigos publicados durante o segundo governo de Juan Manuel de Rosas (1835-1852), quando os intelectuais em análise travaram a mencionada polêmica concomitante ao recrudescimento dos combates militares e de idéias acerca da construção da nação.

Esteban Echeverría foi um dos principais integrantes do grupo de intelectuais conhecido como “Geração de 1837”². Devido ao acirramento das perseguições do regime rosista aos opositores políticos, o jovem intelectual argentino refugiou-se no Uruguai em 1840, onde viveria até sua morte em 1851. Pela imprensa de Montevideú, de onde combatia ideologicamente o governo de Rosas, os “jovens de 37” difundiam um projeto próprio e original de nação no Rio da Prata. Conforme as concepções do grupo, os protagonistas de maio de 1810 tinham fundado a “pátria” com a revolução de independência, mas “hábitos e costumes da era colonial” persistiam, o que explicava o fato de o país ainda não ser “livre”. A liberdade só se consumaria com a conquista, entre outros elementos, de “inteligência”, leis,

² O grupo surgiu a partir de um pequeno número de intelectuais dissidentes do regime rosista que fundaram, naquele ano, o “Salão Literário” em Buenos Aires e designaram a si mesmos como a “Nova Geração”. No ano seguinte, o grupo cria uma sociedade secreta, a “Jovem Argentina”. Devido às perseguições promovidas pelo regime, a maior parte dos integrantes do grupo refugia-se em Montevideú a partir de 1838, onde fundam a “Associação de Maio” e iniciam uma intensa atividade de oposição a Rosas na imprensa local. O grupo foi influenciado pelo romantismo europeu, principalmente por autores como Saint-Simon, Pierre Leroux, Lamennais e Giuseppe Mazzini. Os principais integrantes do grupo foram, além de Echeverría, os argentinos Juan Bautista Alberdi, Juan Cruz Varela, Miguel Cané e o uruguaio André Lamas.

literatura e costumes próprios. Caberia à juventude da “Nova Geração” a tarefa de completar a construção da nação através da inteligência, da razão e da civilização. Para plena construção da nação, portanto, era preciso a conquista de novos hábitos e costumes, ditos civilizados, o que, segundo os “jovens de 37”, ainda estava longe de se realizar no continente americano.

Pedro de Angelis, por sua vez, converteu-se num dos principais defensores do regime rosista. Radicado em Buenos Aires desde 1827³, o intelectual italiano exerceu funções diversas, entre as quais a de jornalista. Durante os governos dos unitários Bernardino Rivadavia e Juan Lavalle, o autor se manteve fiel a suas concepções liberais moderadas, de origem européia, confrontando-as com a realidade local. Neste sentido, criticou veementemente as intermináveis guerras civis e a instabilidade das instituições, concluindo pelo “mau funcionamento” da “nação” no Rio da Prata. Entre 1829 e 1835, De Angelis aderiu paulatinamente ao Partido Federalista, mais especificamente à sua facção rosista, defendendo suas práticas e idéias políticas. Ao longo do período, desenvolveu a tese de que a província de Buenos Aires, onde haveria o pleno funcionamento das instituições republicanas, estava “no caminho certo da construção nacional”.

Ao longo do segundo governo de Rosas, De Angelis aderiu plenamente à defesa do regime. De 1843 a 1852, ficou ao cargo do principal periódico de sustentação da administração rosista: o *Archivo Americano y Espíritu de la Prensa del Mundo*. Nesta nova conjuntura, mudou sua concepção acerca da nação no Rio da Prata, conforme percebemos no trecho abaixo de um de seus artigos:

La Confederación Argentina salió también radiante de las ruinas del sistema colonial: invocó su libertad y proclamó su independencia. [...] El voto de los pueblos, tan claramente expresado en los poderes de la gran mayoría de los Diputados al último Congreso, era por la conservación del sistema federal, que se hallaba establecido de hecho en la nación [sem grifos no original]. [...].

Estas bases de asociación fueron consiguídas en el primer estatuto que se sancionó el año de 1811, y son precisamente las que

³ Pedro de Angelis nasceu em Nápoles a 20 de junho de 1784. Durante a juventude, foi republicano e carbonário. Quando da invasão napoleônica, apoiou o governo colaboracionista de Joaquim Murat (1805-1815), devido a suas medidas progressistas de combate aos resquícios do regime feudal. Após a queda de Murat e o estabelecimento de governos identificados com a Restauração, De Angelis partiu para o exílio, primeiro em Genebra e logo em Paris. Na capital francesa, abandonou as ligações com as sociedades secretas para se dedicar exclusivamente a atividades intelectuais. O italiano estabeleceu amizade com diversos autores, tais como Villemain, Guizot, Victor Cousin, Lafayette, Destutt de Tracy, Victor Hugo e Michelet. Ainda na Europa, portanto, nosso autor buscou vínculos prioritários com liberais moderados, que combatiam, ao mesmo tempo, tanto os governos despóticos e conservadores como as propostas revolucionárias. Ainda em Paris, De Angelis conheceu Rivadavia que o convidou para trabalhar como jornalista no Rio da Prata. Interessado em “civilizar” seu país, o argentino fora à Europa em busca de intelectuais e outros profissionais de diversas áreas para oferecer trabalho em Buenos Aires. Para mais informações sobre a trajetória do italiano e sua atuação na imprensa de Buenos Aires, consultar nossa tese de doutorado: Eduardo Scheidt (2004).

restableció el General Rosas en 1831. [...] (Archivo Americano, n.º 17, Buenos Aires, 11/12/1849: 205).

De Angelis, pois, elaborou um discurso, segundo o qual, a “nação”, denominada de “Confederação Argentina”, já existiria “de fato”, a despeito da ausência de constituição escrita ou governo nacional. Segundo sua ótica, Rosas teria “reorganizado” a nação fundada na época da independência, mas destruída pelas intermitentes guerras civis. Mesclando suas tradicionais idéias liberais com as práticas e concepções próprias do regime rosista, em especial a “unanimidade política” e o poder unipessoal, o italiano buscou construir um discurso coerente, culminando em uma representação original e, em certo sentido, paradoxal de nação, em que conviviam concepções liberais modernas, de origem européia, com as práticas específicas do regime local. Em seus editoriais, De Angelis retrava Rosas e seu regime como democráticos e liberais. O “restaurador” era também apontado como o principal artífice da “nação”. O autor demonstrou uma grande adaptação à nova conjuntura e ao contexto local. Incorporou, em sua nova concepção, características de um regime político centrado no poder unipessoal, com suas exaltações a Rosas, retratado como o representante “unânime” de toda a população argentina. De Angelis, entretanto, não abandonou suas concepções liberais, e sim buscou adaptá-las ao regime rosista, daí o caráter “paradoxal” da suas propostas políticas do período.

Esta curiosa “mescla” de elementos liberais e características do regime rosista, tidas como antiliberais, é claramente perceptível em um de seus artigos de resposta aos que buscavam “desmontar” o suposto liberalismo de Rosas. No seguinte trecho, De Angelis responde com eloquência a um viajante europeu que esteve em Buenos Aires:

De estas observaciones fútiles [criticas do viajante à propaganda política de Rosas através dos símbolos do partido federal], pasa el Viajero a hacer cargos más graves a la administración del país. Le inculpa la destrucción de los poderes constitucionales, y la actitud silenciosa de la Sala de Representantes, anulada de hecho y derecho por la permanencia del General Rosas en el mando.

¿Que divergencia puede haber en los que profesan los mismos principios, y que tienen a un mismo objeto? El pueblo que ve a sus elegidos llenar con fidelidad sus mandatos, ¿que motivo tendría para revocarlos? El Viajero se admira que “las elecciones, que ocasionaban antes luchas sangrientas, no presentan en el día ni un solo voto disidente, y este es un país trabayado por las discordias civiles.” Estas últimas palabras, añadidas para acreditar un espíritu reflexivo, descubren el ningún conocimiento que tiene el Viajero de nuestra situación política. (Archivo Americano, n.º 9, Buenos Aires, 30/11/1843: 168).

De Angelis defendia com ardor seus posicionamentos nas páginas do *Archivo Americano*, combatendo energicamente os contrários a suas concepções, em especial os antigos unitários e os jovens intelectuais da Geração de 1837. A questão da “unanimidade” torna-se compatível por que, no discurso do autor, somente os que partilhassem dos posicionamentos políticos de Rosas e de seu grupo, possuem efetivos direitos à cidadania. Quem fosse opositor, não era considerado um cidadão da Confederação Argentina, pois era automaticamente estigmatizado como “selvagem unitário”, mancomunado com os ingleses e franceses, a favor, portanto da “recolonização” do continente americano.

De Angelis publicou, em janeiro de 1847, o artigo *Dogma socialista: juicio sobre este libelo*. Trata-se de uma resenha crítica ao livro de Echeverría, publicado no ano interior. Este livro era uma nova edição do documento *Código o declaración de los principios que constituyen la creencia social de la República Argentina*, publicado originalmente em 1839 no *El Iniciador*, de Montevideu, redigido em sua maior parte por Echeverría. O *Código* é considerado uma declaração de princípios da Geração de 1837, sintetizando as diretrizes do pensamento do grupo, quando de sua fundação.

De Angelis classificou a obra como escrita por “traidores”, “submetidos a influências estrangeiras” e inimigos dos “defensores da lei” e “protetores dos direitos do povo”. Além de denominar Echeverría como “selvagem unitário”, nosso personagem ainda acusa os jovens de 1837 do “ridículo intento” em querer “converter os argentinos em uma sociedade de sainsimonianos” e estarem imbuídos dos “delírios de Fourier e Considerant”⁴.

Em sua resposta, Echeverría utilizou o mesmo tom, acusando De Angelis de ser o principal representante da “imprensa mazorqueira”, além de “estrangeiro mercenário” e “difamador”. Ao longo de sua primeira carta, o jovem argentino refuta as acusações do italiano, defendendo sua obra como patriótica, em sintonia com a realidade rio-platense e bastante distintas das idéias de Saint-Simon, Fourier ou Considerant.

O choque entre De Angelis e Echeverría é bastante referido pela historiografia. O que pouco se conhece é que, no interior desta polêmica, os autores adentraram na questão da “existência” ou “inexistência” da “nação argentina”. Na segunda carta do intelectual argentino dirigida ao jornalista italiano, o autor se debruçou sobre a questão nacional. Após um rápido histórico sobre a independência e primeiras décadas posteriores, conclui que não haveria “vínculos de nacionalidade” entre os habitantes do Rio da Prata:

⁴ Consultar Pedro de Angelis. *Acusación y defensa de Rosas*. Buenos Aires: La Facultad, 1945. Nesta obra, há tanto o citado artigo do autor como as duas cartas redigidas por Echeverría a De Angelis, como respostas a suas críticas.

El virreinato no era más que una agregación de provincias o de localidades dispuestas en miras de mejor administración y recaudación de rentas; no era una Asociación, que sólo existe entre iguales, para el amparo y fomento de intereses comunes. [...]. La revolución, apelando a las armas para reivindicar la libertad individual y la independencia social, robusteció el primer sentimiento, predominante en el individuo, y el segundo dominador en la localidad o la Provincia, y de este modo fomentó y legitimó sus posteriores extravíos. [...].

Tenemos, pues, por una parte este resultado histórico, ningún vínculo de sociabilidad nacional legado por la colonia, ninguno enjendrado por la revolución [sem grifos no original]. (Echeverría in De Angelis, 1945: 452-453).

Para “desmontar” a idéia de uma “nação argentina”, conforme defendia De Angelis, Echeverría buscou demonstrar a ausência de laços associativos entre os rio-platenses. Sob sua perspectiva, a revolução de independência não havia alterado em nada a situação de dispersão legada da época colonial.

Com o intuito de responder às críticas do italiano, o intelectual argentino foi além em suas argumentações:

Debo extrañar muchísimo que un hombre tan sabio en política y tan versado en historia llame federación a esas alianzas transitorias que sólo estipulan unión de fuerza para defensa común, y delegan al gobierno de Buenos Aires la facultad de representalas en el exterior; [...]; pero en nuestra época, señor editor, una federación es algo más que una agregación o justaposición de partes, algo más que una alianza ofensiva y defensiva; es una verdadera Asociación de iguales, lo que equivale a decir: comunidad de intereses, de instituciones y de principios políticos, comunidad de tendencias y de miras, comunidad de trabajo entre los miembros tendiente al bienestar común, comunidad, en suma, de vida social. (id., ibid.: 425-426).

Echeverría, assim, negou que a “Confederação Argentina” se constituísse em uma efetiva associação nacional, contrariando as teses defendidas nos artigos de De Angelis. O argentino afirmou que a denominada “Confederação Argentina” seria uma mera aliança defensiva e ofensiva entre províncias independentes, pois não haveria verdadeira comunidade de interesses entre elas. Echeverría, diferentemente do jornalista italiano, forjou uma concepção de nação que vai além de um pacto político entre pessoas ou províncias. Seria preciso o estabelecimento de uma comunidade mais coesa, que partilhasse de mesmos interesses, princípios políticos, instituições e vida social.

Leitor dos românticos, o jovem argentino tinha pleno conhecimento do “princípio das nacionalidades” em voga no continente europeu. Entretanto, não fez uma transposição das idéias difundidas na Europa para a Região Platina. Ele não se utilizou de características culturais para definir aquela associação política. Os laços de união entre integrantes de uma

nacionalidade seriam de princípios políticos e ideológicos, almejando uma associação de pessoas que partilhassem idéias semelhantes e visassem o bem-comum. Neste sentido, a nação proposta pelo intelectual argentino era construída pelos homens, já que não se fundamenta em elementos culturais, tido como naturais e existentes independente da vontade humana. Com base nos seus critérios, Echeverría buscou “desconstruir” a nação defendida por De Angelis, argumentando que a nacionalidade rio-platense ainda estaria longe de constituir-se efetivamente.

Echeverría criticou tanto os unitários, que pretenderam criar artificialmente uma nação numa época em que era impossível, quanto os federalistas, que contribuíam para manutenção das tendências isolacionistas no Rio da Prata, concluindo que a “nação” só seria efetivamente conquistada no futuro:

Y ¿por qué? Porque la obra de crear y de centralizar el poder social es trabajo de muchas generaciones, y el resultado normal de otra obra anterior, lenta, difícil, de asociación o de fusión de todos los intereses, de todas las opiniones, de todas las creencias predominantes en el espíritu de un pueblo o de una nación: ahí está para atestiguarlo la historia de todas las Repúblicas y monarquías del mundo. Esa obra debe ser más difícil para los pueblos americanos, que pasaron del más abyecto y oscuro vasallaje al ejercicio de la más desenfrenada libertad; que no han tenido educación moral y política, ni tiempo bastante para ilustrarse, socializarse y acostumbrarse a vivir en comunidad. (id., ibid.: 428).

Para Echeverría, a “nação” não se fazia por imposição, decretos nem constituição. Seria preciso o trabalho árduo de muitas gerações, especialmente na ilustração e educação da população. Os jovens de 37 compartilhavam da teoria de que era preciso um grupo intelectual ilustrado, do qual eles se autodeclararam os fundadores, para iniciar esta tarefa. Todos os grupos que não referendassem este projeto eram excluídos da condição de cidadão da futura “República Argentina”. Echeverría, pois, também tratava de forma desigual a partidários e opositores de suas idéias políticas.

As acirradas polêmicas entre De Angelis e Echeverría, portanto, expressaram o conflito ideológico em torno à construção da nação no Rio da Prata, surgido na época da independência, que teve continuidade durante o regime de Rosas e que persistiria após sua queda. Ao longo da administração rosista, neste sentido, percebemos intensos debates ideológicos entre grupos políticos rivais, no interior dos quais se confrontaram diferentes projetos de nação para o Rio da Prata. Os apoiadores de Rosas, entre os quais Pedro de Angelis teve um papel crucial, sustentaram uma acirrada luta de idéias contra os intelectuais da Geração de 1837 e outros opositores do regime, exilados em Montevidéu. Para os primeiros, a “nação argentina” já seria uma realidade, enquanto os segundos, entre os quais

Echeverría, sustentavam a “inexistência” da nação, argumentando que esta seria fruto de um longo e árduo processo.

Embora ambos os projetos fossem calcados em idéias igualitárias, eles expressavam desiguais condições de cidadania. Para De Angelis, quem não compartilhasse da proposta de nação do regime rosista, era considerado um inimigo político e não tinha direitos políticos de cidadão. No projeto de nação de Echeverría, os opositores políticos igualmente não mereciam a designação de cidadão da “República Argentina”. Os direitos à cidadania e mesmo as identidades políticas eram atribuídos muito mais a questões políticas, mais precisamente defender um certo grupo e suas idéias, do que o fato de nascer num determinado país. Em tempos de intensas lutas políticas, só eram tratados de forma igualitária os correligionários, enquanto aos adversários, prevaleciam práticas desiguais.

Referências bibliográficas

DE ANGELIS, Pedro. *Acusación y defensa de Rosas*. Buenos Aires: La Facultad, 1945.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.

_____. *El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana*. Cuadernos del Instituto Ravignani, n. 2. Buenos Aires: Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, 1991.

_____. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. In: *Anos 90. Revista do curso de pós-graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 1, 1993, p. 49 e 50.

ECHEVERRÍA, Esteban. *Dogma socialista: edición crítica y documentada*. Buenos Aires: Imprenta López, 1940.

_____. *Obras completas*. Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1951.

GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires (1829-1862)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

_____. La “identidad nacional” en el Río de la Plata post-colonial: continuidades y rupturas com el antiguo régimen. In: *Anuario del IEHS “Prof. Juan C. Grosso”*, n. 12. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1997, p. 109-122.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *De la revolución de independencia a la confederación rosista: historia argentina*, t. 3. 4. ed. Buenos Aires: Paidós, 1993.

MYERS, Jorge Myers. *Orden y virtud: el discurso republicano en el régimen rosista*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

_____. Rosas. In: Jorge Lafforgue (org.). *Historias de caudillos argentinos*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 1999, p. 327-381.

SALVATORE, Ricardo. “Expresiones federales”: formas políticas del federalismo rosista. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (comp.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: EUDEBA, 1998, p. 189-222.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997 [1845].

SCHEIDT, Eduardo. A crítica da “geração de 1837” às experiências republicanas rio-platenses. In: *História Unisinos. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo – RS: v. 6, n.º 5, 2002, p. 175-188.

_____. Pedro de Angelis e os debates sobre a questão nacional no Rio da Prata. In: *Revista do Mestrado de História. Revista do Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra*. Vassouras – RJ: v. 7, 2005, p. 125-179.

_____. Representações de América nas obras dos intelectuais utópicos Esteban Echeverría e Francisco Bilbao. In: SANTOS, Cláudia Andrade dos; SENA FILHO, Nelson (org.). *Estudos de política e cultura: novos olhares*. Goiânia: Vieira, 2006, p. 107-123.

_____. *Representações de nação por periodistas italianos na Região Platina (1827-1860)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2004.